

O PLANO DE ENSINO INTERATIVO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Priscilla Santana Silva¹
Camila Rodrigues de Souza Brito²
Vanilda Lourdes de Santana³
Ana Paula Mendonça Ferreira Russo⁴
Alessandro Gonçalves da Paixão⁵
Chrystiano Silva Martins⁶
Eumar Evangelista de Menezes Júnior⁷
Andreia Siqueira⁸
Adriano Gouveia Lima⁹
Mariane Morato Fonseca Stival¹⁰

RESUMO

Este texto apresenta um relato de experiência, na perspectiva do processo de ensino-aprendizagem pelo meio digital, tendo por paradigma um estudo de caso proposto como eixo de pesquisa para a construção de um plano de ensino, a que chamo interativo. A justificativa da escolha de tal relato parte dos resultados, positivos, obtidos com a interação teórica-prática do conteúdo e participação do alunado no processo de construção do conhecimento. O objetivo de tal experiência foi o de resgatar habilidades e capacidades essenciais para o meio acadêmico, tais como a leitura, escrita e oralidade, o que se deu via pesquisa, direcionada pelos grupos cooperativos de aprendizagem, numa proposta de sala de aula invertida, culminando com fóruns de discussão sobre o tema. Adotou-se o uso de metodologias ativas e recursos didáticos digitais para tal fim, a partir dos quais foi possível identificar fragilidades nesse processo, tais como as dificuldades de acesso aos recursos digitais, por alguns, e ainda, a participação efetiva, limitada àqueles que assistiam às aulas, até mesmo dada a justificativa de muitos não terem acesso à internet.

PALAVRAS-CHAVE: Processo ensino-aprendizagem. Plano de ensino interativo.

INTRODUÇÃO

A pandemia no Brasil forçou a muitas instituições de ensino a reverem, de imediato, a sua metodologia e didática de sala de aula, por vezes pautadas no modelo clássico do quadro, giz e professor: este detentor do saber e do poder da fala, e o aluno, que apenas escuta.

Tal dinâmica há algum tempo já vinha sendo questionada por meio de estudos e pesquisas que apontavam o seu fracasso iminente, sobretudo advindo do avanço tecnológico o qual possibilitou a busca pelo conhecimento do indivíduo com o acesso facilitado à comunicação. O professor deixou de ser o detentor do conhecimento para ser o intermediador na relação objeto-aprendizagem do sujeito. A concepção de um aluno passivo não mais se sustenta na dinâmica, inevitável, de interação cognitiva entre sujeito e o meio digital. O indivíduo passou a ser o autor na

¹ Mestre. Professora do Curso de Direito e de Psicologia da UniEVANGÉLICA., priscillasantana@hotmail.com

² Mestre. Professora do Curso de direito da UniEvangélica. adv.camilabrito@gmail.com

³ Mestre. Professora do Curso de Direito da UniEVANGÉLICA, vanilourdes@gmail.com

⁴ Especialista. Professora do Curso de Direito da UniEvangélica. anapaulamf@hotmail.com

⁵ Mestre. Professor do Curso de Direito da UniEvangélica. alessandro_menslegis@yahoo.com.br

⁶ Especialista. Professor do curso de direito da UniEvangélica. chrystianoadv@gmail.com

⁷ Doutor. Professor do curso de direito da UniEvangélica. profms.eumarjunior@gmail.com

⁸ Especialista. Professora do curso de direito da UniEvangélica. andreasiqueira9@gmail.com

⁹ Mestre. Professor do curso de direito da UniEvangélica. Adriano.lima@docente.unievangelica.edu.br

¹⁰ Doutora. Professora do curso de direito da UniEvangélica. marianemorato@hotmail.com

construção de seu saber e o professor o seu intermediador. Portanto, tal realidade confronta os métodos de ensino-aprendizagem ultrapassados e que, via de consequência, acabam por resultar em uma aprendizagem frágil, apontada por especialistas e centros de pesquisa na área, inclusive, como responsável pelo o que se passou a chamar de analfabetismo funcional.

O termo analfabetismo funcional foi cunhado nos Estados Unidos na década de 30 e utilizado pelo exército norte-americano durante a Segunda Guerra Mundial, indicando a incapacidade de entender instruções escritas necessárias para a realização de tarefas militares. Na literatura americana, o sentido mais corrente do termo é aquele que referencia analfabetismo funcional às basic skills, ou competências funcionais. E, segundo a Unesco, um analfabeto funcional é aquele apesar de saber ler e escrever, não consegue compor ou redigir corretamente, por exemplo, uma pequena carta solicitando emprego. (SIMÕES, 2011, p. 2).

Ensinar um conteúdo sem atentar para as habilidades e competências necessárias à sua aplicação, seja na vida, seja no profissional, é tornar ineficaz todo o processo que visa à aprendizagem. Tal reflexão se faz haja vista que muito se ouve, seja de pais, seja dos próprios colegas de profissão, que o alunado de hoje é “antenado”, autônomo na busca pelo conhecimento em razão da facilidade que a internet trouxe como acesso ao saber. Tal pressuposto é confrontado quando o sujeito se depara com a monografia ou trabalho de conclusão de curso, e simplesmente, não sabe sequer acessar o meio digital para fazer pesquisa, fora as dificuldades de articulação na escrita que muitos possuem e ausência de conhecimento quanto ao uso do Word, por exemplo, ferramenta, atualmente, essencial para a produção de textos, substituindo, por vezes, o papel e a caneta.

Apesar de que, para muitos, o simples fato de um indivíduo saber acessar a internet seria resultado de sua capacidade cognitiva, tal fato não deve ser confundido com sua formação educacional que requer aptidão intelectual em determinada área do saber. Inclusive, merece atenção o fato de que o uso dos meios digitais, em específico, no Brasil, tem se concentrado nas redes sociais, cujo objetivo maior é saber, não conteúdos, mas sim, da vida alheia, conforme pesquisas da área:

Mais de 4,5 bilhões de pessoas em todo o mundo já usam a internet, das quais 3,8 bilhões estão nas redes sociais. Parece muito? E é: os internautas já são 60% dos 7,7 bilhões de seres humanos espalhados pelo planeta, segundo a pesquisa Global Digital Overview 2020, feita pelo site We Are Social em parceria com a ferramenta Hootsuite.

(...)

O Brasil também ocupa o terceiro lugar no ranking de populações que passam mais tempo na social media, com uma média diária de 3 horas e 31 minutos, atrás apenas de Filipinas (3h53) e Colômbia (3h45). Nesse quesito, a média mundial é de 2 horas e 24 minutos de uso por dia. (AGÊNCIA..., 2021).

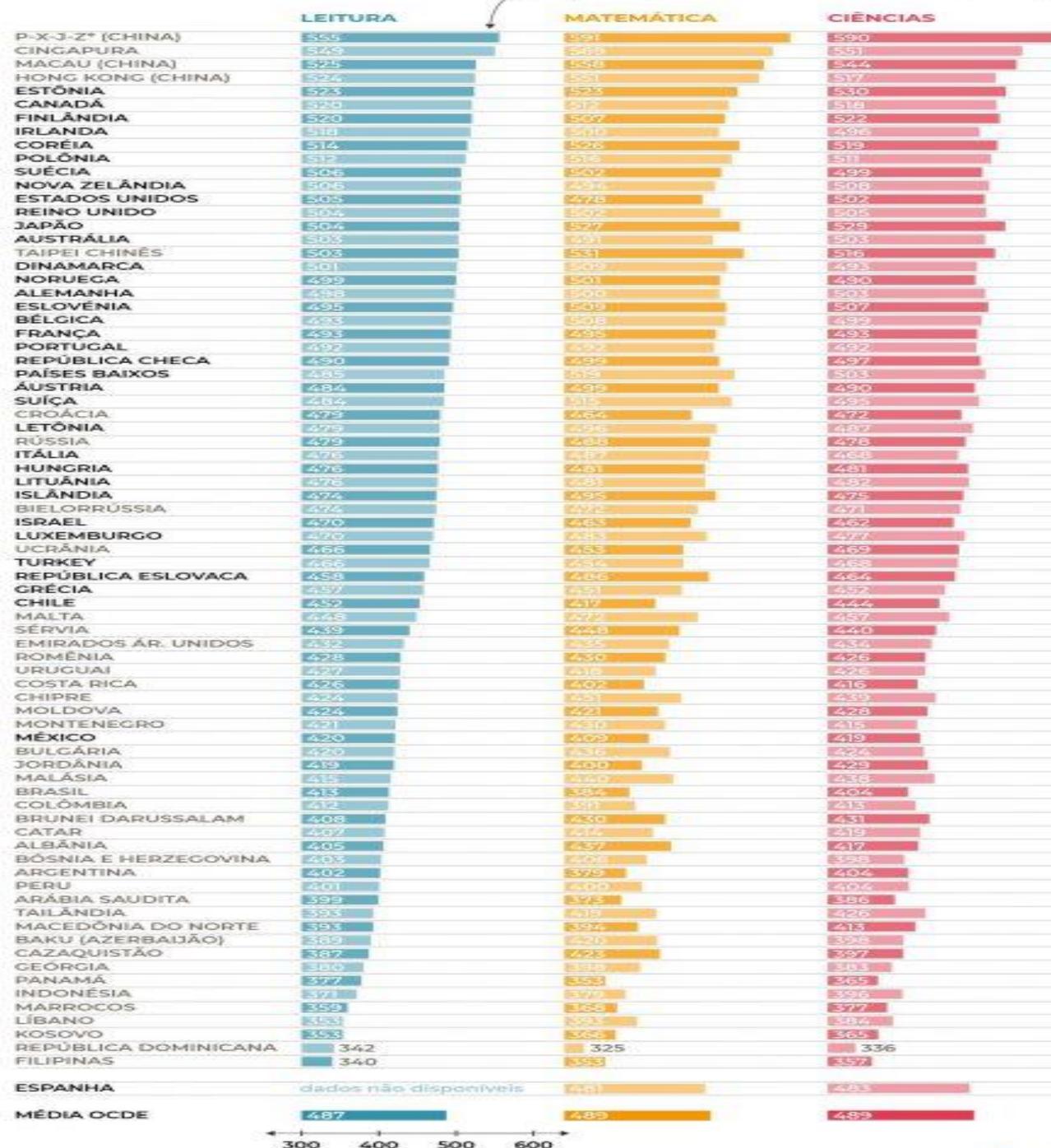
Logo, o fato de alguém ter acesso aos meios digitais, não significa, necessariamente, que detém as habilidades e competências necessárias à sua formação educacional: ao contrário, as dificuldades quanto à oralidade, escrita e leitura, aptidões básicas para o desempenho do sujeito, apontam falhas na educação, que remontam ao ensino fundamental e que se tornam um problema

no ensino superior, levando a muitas faculdades e universidades a promoverem um nivelamento do acadêmico com o fim de sanar tais déficits, e que, infelizmente, por vezes, não tem sido suficiente. A esse respeito merece destaque o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), criado por países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), dentre eles o Brasil, que tem por objetivo diagnosticar a qualidade da aprendizagem por meio de uma avaliação comparada aplicada ao alunado dessas nações. Em 03 de dezembro de 2019 foi apresentado o mais recente relatório contendo dados dessa avaliação, aplicada em 2018, que ocorre de 3 em 3 anos. O PISA avaliou as habilidades de leitura, matemática e ciências. As notas vão de 0 a 600 (DESAFIOS..., 2021). O Brasil ficou em 57º lugar do ranking, conforme se contata nos dados abaixo:

Resultados PISA 2018

Panorama do desempenho dos alunos em leitura, matemática e ciências

Os países estão classificados por ordem decrescente da pontuação média de leitura (foco do PISA 2018)



Fonte: OCDE, base de dados PISA 2018 || *P-X-J-Z: Pequim, Xangai, Jiangsu e Zhejiang



O ranking do PISA 2018. Arte: OCDE.

Esse é o perfil do ingresso no curso superior, o que requer um projeto metodológico que leve em consideração os déficits de aprendizagem do sujeito e sua realidade sócio-cultural que poderão, inclusive, resultar em seu analfabetismo digital. Tal projeto deve visar, de imediato, o desenvolvimento da leitura, da escrita e da oralidade no acadêmico, requisitos mínimos para a sua formação educacional.

É sobre tal perspectiva que necessário se faz tecer um diagnóstico nos cursos superiores quanto às carências de aprendizagem do alunado para, a seguir, propor um eixo nivelador a ser trabalhado pelos professores, tendo por paradigma, o ensino digital. Logo, necessário ser faz atentar à formação do professor, igualmente neste âmbito, já que falar em aprendizagem na atual conjectura, é rever o próprio conceito, clássico, que atualmente se dimensiona para o meio tecnológico, contrário ao analfabetismo digital.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Desde o início da pandemia, a Unievangélica tem se voltado para a formação dos professores na área digital. As dificuldades em inserir tal dinâmica educativa ao corpo docente foram diversas: seja pelo momento de crise mundial diante da pandemia que trouxe ansiedade e desgaste emocional agregados a necessidade de ajustamento a uma realidade de ensino, para muitos, nova; seja pelo medo do desconhecido – o meio virtual; seja pela urgência de adaptação a esse novo modelo, que a bem da verdade, tem sido objeto de discussão e formação docente há algum tempo, mesmo antes da pandemia. Enfim, vários foram os desafios a serem enfrentados pelos envolvidos no processo ensino-aprendizagem que, ainda hoje, está em aprimoramento, sendo necessário o debate acerca dos resultados alcançados o que se faz neste relato de experiência.

Como narrado acima, o diagnóstico da situação sócio-educativa, agregado aos reflexos da pandemia no meio acadêmico, tornou-se crucial para o desenvolvimento de uma metodologia que motivasse a criação de um plano de ensino multidisciplinar, por levar em conta os seguintes aspectos para a sua construção: o condicionamento do alunado para a aprendizagem diante da crise pandêmica; a realidade digital desse aluno; o perfil educacional do egresso. A partir dessas considerações o plano de aula, a que chamo de interativo, fora estruturado em uma dinâmica que permitisse o envolvimento do aluno no processo ensino-aprendizagem, como autor na construção de seu conhecimento, com foco na leitura, na escrita e na oralidade, motivando-o para a realidade do atual cenário de crise pandêmica, proporcionando-o condições de resiliência.

Nessa perspectiva o plano passou a adotar, de uma maneira geral, os seguintes recursos didáticos: aulas expositivas, dialogadas, por meio de ambiente virtual de aprendizagem – AVA, utilizando-se de plataformas digitais, tais como o Zoom, o Googlemeet, entre outros, para a ministração do conteúdo; vídeoaula gravada, por exemplo, no youtube; filmes com o fim de contextualizar o conteúdo ministrado; recursos digitais de aprendizagem, utilizando-se de tecnologias da informação e comunicação (TIC), tais como: socrative, mentimeter, padlet, goconqr, imagens explicativas, infográficos, mapas conceituais, fóruns de discussão, entre outros; uso do recurso sala de aula invertida (como ocorre na devolução das provas em que os acadêmicos conduzem a aula na correção da avaliação); avaliações processuais, que não se limitam a um momento específico, conhecido por prova, mas que perdure em todo o semestre por meio de seminários, leituras em grupo, trabalhos em grupos cooperativos, socialização dos resultados de pesquisas sobre determinado tema, fóruns de discussão, estudo de caso, estudo dirigido, entre outros; comentários das atividades; produção de textos acadêmicos diversos, tais como ensaios, resumos, resenhas, papers, entre outros.

O plano de ensino ainda considerou a leitura de obras, propostas por semestre, a serem trabalhadas por cada turma, com o fim de promover a interdisciplinaridade do conteúdo, daquele determinado período do curso, como no caso do Direito. E, ainda, alguns planos de ensino

adotaram, como eixo temático para a sua construção, considerando-se o conteúdo do período, a pesquisa de determinado tema, que irá nortear a aplicabilidade da teoria por meio da análise, averiguação, constatação, comparação do objeto pesquisado, entre outros métodos, a fim de promover a correlação do conteúdo à sua prática, culminando com fóruns de discussão do tema que, num primeiro momento, desenvolver-se-á com a leitura de obras e artigos sobre o assunto, seguida de produção de textos, e finalmente, de discussão que envolve a teoria e a prática.

Enfim, tal construção visa habilitar o acadêmico a: construir seu conhecimento por meio dos recursos digitais; saber usar a tecnologia em prol de sua formação acadêmica-profissional; compreender e ser capaz de aplicar o conteúdo apreendido; desenvolver análise crítica acerca da aplicabilidade do que foi apreendido; ler e interpretar comunicações científicas e relatórios da área, entre outros, e ainda, desenvolver no alunado as seguintes competências: a autonomia na busca pelo saber; o domínio dos preceitos da disciplina; a capacidade de localização e identificação quanto à aplicabilidade do conteúdo apreendido; o tecer diagnósticos do campo de atuação profissional e seus desafios, entre outros.

DISCUSSÃO

Dentro da dinâmica proposta de um plano de ensino interativo, seja digitalmente, seja interdisciplinarmente, merece descrever o desenvolvimento do mesmo, como no caso da disciplina Psicologia e Direitos Humanos, ministrada no Curso de Psicologia, no 4º Período, a qual merece referência a título de exemplo.

A construção de seu plano teve por eixo temático o caso Damião Ximenes, que envolveu questões de ordem psicológicas e jurídicas, sendo o primeiro a resultar na condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, por conta da morte de Damião Ximenes, na Casa de Repouso Guararapes, em Sobral-Ceará.

Toda a narrativa, a ser construída pelos acadêmicos, partiu da leitura do julgamento que envolveu o processo judicial nesse caso e que culminou com o questionamento da prática manicomial no Brasil, como violadora dos Direitos Humanos. Para chegar a tal conclusão, o plano propôs leituras de textos afins, filmes e documentários, a serem assistidos pelos acadêmicos ao longo do semestre, seguidos de estudo dirigido, à medida em que a pesquisa se desenvolveu, conforme as etapas propostas no período. Ao longo de tais etapas, a turma foi dividida em grupos cooperativos, por meio dos quais os fóruns de discussão foram direcionados, num primeiro momento, com resenhas e fichamentos postados no AVA para socialização dos resultados, seguidos de discussão. Trata-se, portanto, de uma avaliação processual, aplicada ao longo de todo o semestre, culminando na leitura, produção de textos e socialização de resultados, utilizando-se da oralidade.

A proposta de fóruns de discussão, desenvolvidos pelos alunos, teve por parâmetros a busca da aprendizagem por meio de metodologias ativas, inserindo o aluno no processo de aprendizagem digital, e ainda, com foco no ensino interdisciplinar, visando um diálogo entre a teoria e a prática que envolveu os conteúdos das disciplinas do período, o que se efetivou por meio do estudo de caso proposto.

Para lograr êxito, propôs-se a divisão da turma em grupos, incumbidos de documentar o estudo realizado via fóruns realizados no AVA. Os fóruns foram desenvolvidos a partir das aulas teóricas e das orientações do professor, com o fim de aplicar o conteúdo ministrado no estudo do

caso proposto. Assim, adotaram-se as seguintes etapas para a sua viabilização: leitura dos textos e visualização dos filmes e documentários propostos; resumo da temática neles envolvida; desenvolvimento de resenha crítica correlacionando-os com o tema da aula; postagem nos fóruns de discussão; socialização dos resultados de cada grupo por meio de sala de aula invertida via fóruns de discussão.

Enfim, tal proposta visou aliar a teoria à prática, instigando os alunos a aplicarem o conteúdo apreendido no caso pesquisado, cujos resultados foram positivos, considerando-se o número de acadêmicos que participaram, efetivamente do processo, haja vista que muitos justificaram a impossibilidade de fazê-lo por não terem acesso à internet, entre outros.

CONCLUSÃO

Diante da realidade, inevitável, do uso de tecnologias para a aprendizagem, a própria concepção de ensino-aprendizagem, tendo por referência a sua primeira etapa, de alfabetização, restou ultrapassada, uma vez que se agrega a ela a capacidade de se saber e poder se utilizar do meio digital para a formação educacional. O analfabetismo digital funcional não está atrelado à determinada etapa do processo educativo, sobretudo ao se considerar a realidade sócio econômica do estudante brasileiro, que nem sempre possui recursos, seja financeiro ou intelectual, para capacitar-se nesse meio. Portanto, não se trata apenas de o indivíduo, utilizando-se de uma tecnologia, para ser considerado apto a ela, alfabetizado na perspectiva educacional, mas sim, de saber usá-la em prol de sua formação.

Segundo Moreira (2003), estima-se que no Brasil, os analfabetos funcionais somem 70% da população economicamente ativa. Dos estudantes que passam pelas escolas sem dominar a leitura e a escrita existem 15 milhões de analfabetos (e estes dados já estão subestimados), dos quais 10 milhões têm mais de 40 anos. No mundo todo há entre 800 a 900 milhões de analfabetos funcionais. São pessoas com menos de 4 anos de escolarização. Mas, podem-se encontrar, também, analfabetos funcionais com formação superior e exercendo funções-chave em empresas e instituições, tanto privadas quanto públicas que não têm as habilidades de leitura compreensiva, escrita e cálculo para fazer frentes às necessidades mais complexas da profissionalização (SIMÕES, 2011, p. 3).

Trata-se, portanto, de mais um desafio que as Instituições de Ensino Superior têm de enfrentar, somado às deficiências de leitura, escrita e oralidade, por vezes diagnosticadas no ingresso, e ainda, à crise pandêmica causada pela Covid-19, que exige medidas de urgência para uma educação de qualidade.

Nesse contexto, a formação do professor em prol de sua capacitação para o ensino pelo meio digital, utilizando-se das tecnologias disponíveis, de forma racional, sustentável e eletiva, tornou-se crucial. O plano de ensino, a que chamo interativo, deve considerar metodologias ativas, recursos digitais, a fim de alinhar-se à necessidade de um processo ensino-aprendizagem que responda à realidade de uma educação capaz de formar indivíduos resilientes, competentes e habilidosos em sua área de formação.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA VISIA. Disponível em: <[Dihttps://www.agenciavisia.com.br/news/brasileiro-fica-3-horas-e-31-minutos-por-dia-nas-redes-sociais/](https://www.agenciavisia.com.br/news/brasileiro-fica-3-horas-e-31-minutos-por-dia-nas-redes-sociais/)> Acesso em: 15 de fevereiro de 2021.

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <<https://desafiosdaeducacao.grupoa.com.br/pisa-2018-educacao-brasil/>> Acesso em: 15 de fevereiro de 2021.

SIMÕES. Eduardo. Políticas **Educacionais, Analfabetismo Funcional e a Violência do Estado Contra o Indivíduo**. III Simpósio Internacional sobre Metafísica e Filosofia Contemporânea Metafísica e Violência | 06 a 08 abril de 2011.